



GT 040. Fronteiras, saúde, gênero e sexualidade: conexões, deslocamentos e alteridades corporais, espaciais, temporais

Guilherme Rodrigues Passamani (UFMS) - Coordenador/a, José Miguel Nieto Olivar (Faculdade de Saúde Pública USP) - Coordenador/a

O GT visa aglutinar pesquisas que reflitam sobre fronteira, saúde, gênero e sexualidade a partir de contextos espaciais, temporais ou corporais imaginados como marginais, fronteiriços ou minoritários, ou que remetam a problematizações, conexões laterais ou transformações acerca de centros ou arranjos majoritários. Nesse marco relacional, interessa pensar as experiências de sujeitos e grupos sociais a partir da intersecção com outras categorias de diferenciação: etnia, região/procedência, geração, classe, escolarização, orientação sexual, religião, raça/cor. Estamos atentos, também, a questões como trânsitos, deslocamentos, circulação, fluxos migratórios e processos de (des/re)territorialização e fronteirização, relacionados com agenciamentos de saúde, de gênero e sexualidade. Além de pesquisas sobre "mobilidades", são bem-vindas pesquisas que abarquem a construção social do desejo, do cuidado, do adoecimento e do gênero em outros geográficos, entre-cidades, zonas e contextos rurais, priorizando aqueles lugares que estão atravessados pela sua nomeação como fronteiras, margens ou periferias. O GT tem o intuito de melhor compreender as multiplicidades de formas e sentidos da saúde (processos de adoecimento, cuidado e morte), do gênero e da sexualidade, em articulação com processos territoriais "menores".

Assédio sexual no espaço público: quem está falando? As experiências dos corpos em trânsito das mulheres negras periféricas

Autoria: Bruna Dos Santos Galichio

Este work tem por objetivo investigar como as mulheres negras da periferia experienciam as categorias de diferenciação gênero, raça, sexualidade e classe social em seus trajetos pela cidade de São Paulo, ao serem interpeladas por práticas que estão sendo reivindicadas como assédio sexual, dentro de uma economia moral contemporânea. Dessa maneira, parte-se da tentativa de conhecer que termos são utilizados pelos próprios sujeitos e compreender quando é possível falar em violência ou dano moral. A noção de diferença como experiência torna-se chave para compreender os modos de dar sentido não só ao que está sendo chamado de assédio, mas ao corpo. Raça e classe também aparecem em disputa dentro de um cenário de produção negra e periférica, que está discutindo a importância de se afirmar a partir desses marcadores e, ao mesmo tempo, interpela quem tem legitimidade para fazê-lo. Nesse sentido, o discurso sobre o colorismo produz e é revelador da tensão entre o reconhecimento e pertencimento racial de um lado e, de outro, das experiências raciais cotidianas dos sujeitos. Dentro desta perspectiva, pretende-se problematizar um suposto imaginário que articula raça e sexualidade para trazer à tona os lugares dos corpos negros e suas experiências. Da mesma maneira, busca-se tensionar fronteiras do significado de violência, presente em algumas práticas e ausente em outras, compreendendo os modos dos sujeitos experienciá-las e de negociar com as categorias raça e sexualidade. Outra perspectiva do campo sugere a ameaça do assédio como mecanismo de controle do corpo feminino. Aqui, articulado com o marcador de classe, pode revelar um território que é mais propício a obscurecer a violência, seja pela iluminação precária, pela existência de terrenos baldios ou, por exemplo, pela necessidade de caminhar longos trechos a pé. Assim, busca-se compreender as implicações sociais nos cotidianos das mulheres negras periféricas, no que diz respeito ao acesso à cidade e à cidadania em decorrência dessa ameaça. Dito de outro modo, em que medida as mulheres deixam de aceitar certo work, ou a fazer tal curso, ou a ir naquele parque, ou a alugar tal casa em determinada rua e em que medida elas podem negociar com esses riscos ao fazerem suas escolhas.

DIREITOS HUMANOS E ANTROPOLOGIA EM AÇÃO



31ª RBA - Reunião Brasileira de Antropologia
9 a 12 de dezembro de 2018

Brasília - DF www.portal.abant.org.br/evento/rba/31RBA

ISBN: 978-85-87942-61-6



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:



Apoio:



Organização:

